Santa Casa da Misericórdia de Grândola

Contas de Gerência do Exercício de 2020

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO 4

2 - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO 4

3 - ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA 12

4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS 18

5 - EXPETATIVAS FUTURAS 19

6 - OUTRAS INFORMAÇÕES 23

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 23

CONTAS 25

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE 29

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 29

3 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS 30

4 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 31

5 - ATIVOS INTANGÍVEIS 32

6 - INVENTÁRIOS 33

7 - RENDIMENTOS E GASTOS 33

8 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS 35

9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS 36

10 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 38

11 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 39

12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES 41

13 - FLUXOS DE CAIXA 41

14 - ACONTECIMENTOS SUBSQUENTES 42

"As espécies que sobrevivem não são as mais fortes, nem as mais inteligentes, mas sim aquelas que se adaptam melhor às mudanças."

Charles Darwin

NOTA DE ABERTURA

1 - Introdução

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE GRANDOLA, com sede social em Rua D. ANA LUISA CRUZ COSTA 7570-183 Grandola , com um capital social de 5.422.301,75 €, tem como atividade principal Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE GRANDOLA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

A nossa missão estar atento, ao próximo e fazer o bem não importa a quem, de acordo com os nossos melhores julgamentos, embora conscientes das nossas limitações.

Os quadros legais alteram-se, os apoios reduzem-se, mas o nosso propósito, mantem-se diariamente firme em prole da comunidade.

A todos os que se encontram envolvidos neste projeto, cabe a reconfortante e árdua função, de todos os dias tentar fazer mais e melhor.

O presente relatório acaba por espelhar o dia a dia e a sua materialização, revelando os resultados práticos de uma estratégia operativa que se quis e quer, prudente e cada vez mais eficiente. Fica assim, neste documento, para todos os que interagem com a Santa Casa da Misericórdia de Grândola e para as gerações futuras, os projetos e programas que deram corpo a esta estratégia e como resposta às necessidades e aos interesses das pessoas.

Este documento reafirma, também, o compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Grândola em respeitar os princípios das boas práticas de Gestão, da transparência, e da prestação de contas à sociedade.

A realidade anual varia e com ela novos desafios se revelam, sendo por isso necessário adequar estratégias e avaliar em cada momento os quadros que se vão revelando. Em cada dia, sabemos que, independentemente das dificuldades, os nossos valores serão norteados pela determinação das nossas convicções, sendo certo que com a experiência adquirida e o apoio de todos, estamos convictos, que nos manteremos no rumo certo.

Desde inicio do ano anterior, foi o mundo assolado pelo aparecimento da pandemia – COVID 19 que veio criar incerteza global, desafiando a humanidade a desenvolver uma nova forma de encarar as relações em sociedade, vivemos desde então, uma nova realidade.

Como consequência da atual pandemia e pelo fato de em março de 2021 estarmos em Estado de Emergência, mais uma vez, as contas não foram apresentadas naquele mês, mas sim no corrente mês de Junho.

2 - Enquadramento Económico

No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão de 1929, projetando-se que no ano passado o rendimento de cerca de 90 milhões de pessoas tenha caído para valores abaixo dos 2 dólares por dia, especialmente em regiões como a Ásia Meridional e a África Subsariana, e em particular para os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres e emigrantes, levando a uma regressão nos progressos que têm vindo a ser feitos para reduzir os níveis de pobreza extrema, principalmente nos países de baixo rendimento. No conjunto das economias emergentes, o rendimento per capita caiu mais de 90%, o que fez aumentar ainda mais as

diferenças entre estes e os países desenvolvidos. Para além disso, o facto de as escolas terem sido fechadas poderá retroceder drasticamente os níveis de acumulação de capital humano.

Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macroprudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma moderada recuperação económica e, de forma a assegurar que esta ainda frágil recuperação acelere e que no longo prazo se transforme num crescimento económico robusto, os legisladores e decisores políticos terão de enfrentar e superar enormes desafios – na saúde pública, na gestão da dívida, na implementação das políticas orçamentais e de reformas estruturais, assim como na gestão dos bancos. Com um foco simultâneo na proteção e apoio dos mais vulneráveis, as políticas a implementar deverão também incentivar uma mudança de propósitos para a criação de um ambiente económico pós-COVID mais forte e sustentável.

2.1 - A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do ano 2020, a pandemia COVID-19 impactou severamente as condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados. Juntamente com a incerteza acerca do panorama económico pós-pandemia, estes agentes sentiram-se desencorajados e passaram a tomar medidas mais conservadoras, especialmente no tocante ao consumo e ao investimento.

Esta crise pôs em risco a convergência entre as economias avançadas e em desenvolvimento. Tanto o Banco Mundial como o FMI preveem uma recessão em 2020 tanto nas economias avançadas (-8%) como nas economias em desenvolvimento (-2,6%, -5% excluindo a China), prevendo um PIB per capita negativo em cerca de 95% dos países. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -3,5% do crescimento a nível mundial.

No início da crise pandémica, a incerteza sobre a sua magnitude e impacto económico também se fez sentir nos mercados financeiros, com uma desvalorização abrupta dos ativos, em especial nos de maior risco, como foi o caso das ações e títulos de dívida de menor qualidade creditícia. Mas a adoção de medidas monetárias rapidamente interrompeu esta volatilidade, tendo-se posteriormente verificado uma valorização nos mercados bolsistas. A tendência de valorização observada nos Estados Unidos após o choque de março foi inicialmente impulsionada pelas empresas tecnológicas. Na área do euro também se observou uma valorização dos principais índices bolsistas, ainda assim abaixo dos valores registados antes da pandemia.

As medidas de confinamento e as limitações à mobilidade internacional tiveram um grande impacto nas companhias aéreas e no turismo. O fecho das fronteiras - que também contribuiu para a disrupção na oferta de bens e serviços - fez colapsar o comércio global que, devido às tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, assim como entre a Europa e o Reino Unido, já começava a registar uma trajetória de contração no final de 2019. No geral, o Banco Mundial prevê que, para 2020 o comércio global se tenha contraído em -9,5%.

A prolongação destas contenções teve também um grande impacto no setor petrolífero, que ainda permanece rodeado de incertezas. Nos primeiros estágios do COVID-19 o preço do petróleo caiu drasticamente, o que levou a OPEP a cortar a produção em aproximadamente 9,7 milhões barril/dia desde abril de 2020 – o maior acordo de corte de produção na história deste setor. Só nos últimos meses do ano é que se começou a verificar uma recuperação, tendo o seu preço médio anual por barril situado nos 41 dólares, o que representa uma queda de 34% face a 2019. Quanto aos restantes bens, na maior parte destes verificou-se uma recuperação nos preços, especialmente dos metais, que conseguiu rapidamente voltar aos seus níveis pré-pandemia, sobretudo devido ao aumento da procura na China.

Nos meses mais recentes, as economias avançadas – em especial os Estados Unidos e vários países da Zona Euro – contabilizaram um aumento de infeções por SARS-Cov2. Nas economias emergentes, o número de novos surtos na Ásia Meridional e Central, na América Latina, nas Caraíbas e na Europa continuou a aumentar. Para aliviar estes efeitos, muitos países foram forçados a manter ou reintroduzir medidas de contenção.

Para mitigar todos estes efeitos, verificou-se uma adoção generalizada de pacotes de estímulos fiscais e monetários, o que levou a uma descida das taxas de juro na maioria das economias avançadas. Também os países emergentes implementaram estes pacotes, mas a adoção destas medidas foi mais limitada em termos de recursos, o que levou a taxas de juros mais elevadas. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, a taxa de manutenção será de -0,526% em 2020. Já nos Estados Unidos, as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses serão de 0,7%.

No tocante às taxas de câmbio, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD continuou o seu perfil descendente até finais de fevereiro onde atingiu os 1,079, tendo-se registado um pico de 1,146 no início de março,

seguido de uma forte queda até finais de março, onde atingiu os 1,071. No decorrer do resto do ano registou uma trajetória ascendente, e a 30 de dezembro atingiu o seu valor mais elevado de 1,228. Quanto à cotação EUR/GBP, também se verificou uma continuação do seu perfil descendente até finais de fevereiro, onde atingiu o valor mais baixo do ano de 0,830 e começou então a subir, tendo em meados de março atingido o valor mais elevado de 0,923, registando novamente uma queda até inícios de abril, onde se situou nos 0,879 e, tendo estabilizado a partir desta data, terminando o ano com uma cotação de 0,899.

No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contração nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fosse pelas medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Também os bancos centrais aplicaram medidas de suporte ao crédito e de prevenção de disrupções no mercado financeiro. De acordo com a Comissão Europeia, 80% dos pacotes fiscais criados em 2020 foram somente para responder à pandemia, correspondendo a 4,2% do PIB total da União Europeia (UE). Assim, para o continente europeu o FMI projeta uma contração de -7% do PIB real em 2020 – o seu valor mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

Para a zona euro, o PIB real caiu severamente durante a primeira metade do ano, ainda assim mitigadas pelas políticas adotadas, tanto ao nível geral como de cada país membro, as quais permitiram uma ligeira recuperação no terceiro trimestre de 2020. Contudo, esta recuperação foi rapidamente revertida pelos novos surtos do vírus, que levaram os diversos países membros a reintroduzir medidas de confinamento. Vários setores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no setor produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -8,3%.

Para esta recuperação contribuíram maioritariamente o consumo privado que, para o conjunto do ano representou um crescimento de -9,2%, assim como as exportações e as importações, com um crescimento de -12,9% e de -11,6%, respetivamente.

O choque da procura na atividade económica mundial gerou uma pressão deflacionária adicional sobre os preços dos bens. Estes dois efeitos contribuíram para uma descida, em termos homólogos, do Índice Harmonizado dos Preços do Consumidor (IHPC) na área do euro, tendo a inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) atingido um mínimo histórico de 0,6%. Para o total de 2020, o Banco Mundial aponta para uma taxa de inflação de 0,3%.

Em relação ao mercado de trabalho, segundo o FMI, a taxa de emprego situou-se nos -1,7%, com uma taxa de desemprego de 8,9%. Ainda assim, o impacto que o COVID-19 teve nos níveis de emprego foi relativamente moderado, devido ao suporte fornecido pelos governos de cada estado membro.

As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos, reflexo das medidas adotadas pelo BCE e pelas autoridades europeias para mitigação do impacto da crise pandémica, em especial no mercado de dívida titulada na área do euro onde, após um momento de perturbação inicial, se observou uma redução das yields para níveis próximos do período pré-pandemia.

No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de -3,6% para o conjunto de 2020. Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajetória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou. Também a queda do consumo privado e da produção foi mais severa nestes países. Contudo, o suporte macroeconómico ajudou a mitigar o declínio da atividade nestes países. A queda no investimento foi parcialmente contida por diversos pacotes fiscais e por cortes nas taxas de juro, promovendo assim a liquidez e os empréstimos.

2.2 - A Nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respetivamente. O setor dos serviços - destacando a diminuição sem precedentes das exportações de turismo - foi mais afetado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao setor da construção, ao contrário do verificado na área do euro, este manteve-se resiliente.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

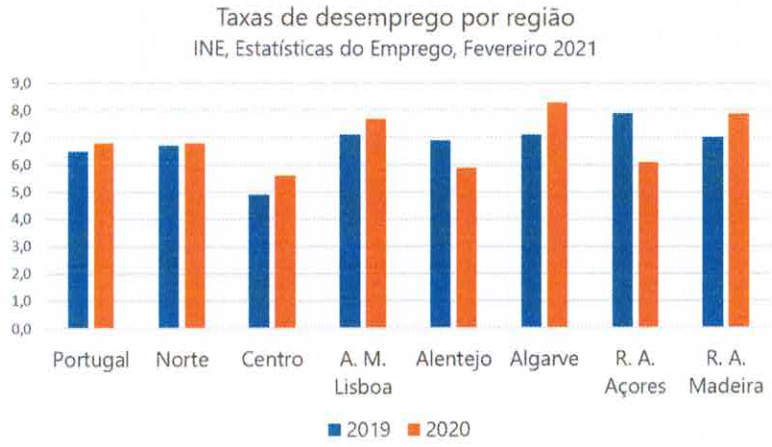
Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, o rácio de endividamento das empresas aumentou 5,7%, resultado do aumento da dívida total das empresas (2,4%), em especial das PME e da indústria transformadora e extrativa (com uma taxa de variação anual (tva) de 6,2% em junho), mas também do comércio, alojamento e restauração (tva de 7,4% no mesmo período) e da construção e atividades imobiliárias (tva de 6,8%). Este aumento interrompeu a tendência de redução que se vinha a observar desde 2013.

Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rendibilidade das empresas em junho de 2020 face a dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos setores das indústrias, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas, associado à obtenção de novo crédito.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um aumento de 0,3% face a 2019, o que representa um aumento de 3,4% da população desempregada e uma diminuição de 2% da população empregada. Ainda assim, verificou-se uma diminuição de 10,3% dos desempregados de longa duração. Por região, o Algarve registou a maior taxa de desemprego (8,3%), seguido da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) tendo o Centro e o Alentejo registado as taxas mais baixas (5,6% e 5,9%, respetivamente). Em termos homólogos, o Algarve registou o maior crescimento do desemprego (+1,2%), e as únicas regiões onde se verificou uma diminuição do desemprego foram o Alentejo (-1,0%) e a Região Autónoma dos Açores (-1,8%).

As medidas de apoio às empresas – em particular o regime de layoff simplificado – e de apoio aos trabalhadores independentes, permitiram controlar os níveis de desemprego ao longo do ano. Estas medidas, em conjunto com o reforço dos estabilizadores automáticos juntamente com várias medidas de apoio direto ao consumo de bens de primeira necessidade e ainda os programas de moratória, contribuíram para a manutenção do rendimento e da estabilização social das famílias mais afetadas pela redução da atividade económica.



A alteração ao comportamento habitual das famílias levou a uma queda do consumo privado para 6,8%, segundo projeções do Banco de Portugal. Já o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2020 uma variação média anual nula, enquanto que o IHPC registou uma taxa de variação média de -0,1%.

No primeiro semestre de 2020, a rendibilidade do sistema bancário português diminuiu para valores próximos de zero, situando-se em linha com a média da área do euro, tendo concorrido para este resultado o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Quanto às administrações públicas, no conjunto do primeiro semestre de 2020 registou-se um saldo de -5,4% do PIB, comparando com -1,2% em igual período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, o rácio de dívida pública situou-se em 130,6% do PIB, o que representa um aumento de 13,4% face a dezembro de 2019.

Na colocação de dívida de curto prazo, a taxa de juro média das emissões de bilhetes de Tesouro passou de -0,3% no primeiro semestre de 2020 para -0,5% no segundo semestre. Já nas emissões de longo prazo, a taxa de juro média da colocação de obrigações de Tesouro a 10 anos atingiu 0,8% na primeira metade de 2020, em contraste com os 0,3% verificados a partir de julho.

No primeiro semestre de 2020 observou-se uma redução de 8,6% da despesa com juros das administrações públicas face ao período homólogo. Adicionalmente, o impacto do pacote de estímulo para 2020 (2,7% do PIB) situou-se abaixo da estimativa para a média da área do euro (4% do PIB), o que resulta numa menor deterioração do saldo orçamental por esta via. Ainda assim, o elevado endividamento público representa uma vulnerabilidade no médio prazo.

Relatório de atividades

Envolvente Social

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola, fundada em 23 de Julho de 1568, tem como principal missão a assistência à terceira Idade, contando para isso, com duas valências: ERPI e Centro de Dia, as quais tem acordos com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, Serviço Sub-Regional de Setúbal, de 150 e 25 utentes, respetivamente.

A valência ERPI surge, como uma resposta social destinada a pessoas idosas que, por diversas razões, se encontrem incapacitadas para se manterem no seu domicílio. A referida valência, para além da alimentação e higiene pessoal, proporciona assistência médica, medicamentosa, enfermagem, fisioterapia e animação sociocultural.

Aos que frequentam o Centro de Dia, a instituição presta-lhes apoio de transporte, quatro refeições diárias, tratamento de roupa e higiene pessoal, passeios, assim como um acompanhamento muito próximo.

Fornecemos alimentação gratuita a dezenas de pessoas de passagem por Grândola e a famílias que se encontravam momentaneamente em condições difíceis.

RLIS (Rede Local de Inserção Social)

A RLIS (Rede Local de Intervenção Social) foi criada com o objetivo de prestar apoio técnico para um atendimento e acompanhamento efetivo de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como em situações de emergência social.
A RLIS tinha como parceiro principal a Segurança Social, encontrando-se em funcionamento desde o início de agosto de 2016, teve o seu término em Julho de 2020, de acordo com o previsto.

Loja Social

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola, atenta à atual situação socioeconómica do país e tendo em conta as dificuldades em que vivem muitas famílias, disponibiliza aos mais carenciados um Banco de Roupas, num espaço (Loja Social), situado na rua José Vicente Serrano.
No ano de 2020, este serviço esteve suspenso, devido à pandemia covid-19.

Animação Sociocultural

As atividades de animação, têm como objetivo estimular a capacidade de concentração e de aumentar a autoestima e diminuir a apatia, a desmotivação, a solidão e o isolamento social que afeta esta faixa etária – 3ª idade, promovendo o bem-estar físico, emocional e social do utente.
Perante a evolução da situação de propagação do novo Coronavirus - COVID19, em Portugal, e tendo em conta as medidas de prevenção e proteção, que visaram proteger os utentes e suas famílias, bem como os colaboradores da Instituição, houve a necessidade de proceder ao cancelamento de todo o tipo de eventos agendados, quer no interior, quer no exterior do espaço da Misericórdia. Apenas foram implementadas intervenções individuais e consequentemente, em menor número.

Com os lares fechados a visitas, a Santa Casa da Misericórdia de Grândola, para minimizar os efeitos do isolamento por causa da pandemia da Covid-19, realizou videochamadas entre utentes e familiares, enviou fotografias e vídeos, partilhou vídeos nas redes sociais a passar mensagens aos familiares, tudo com o intuito de os tranquilizar, uma vez que os mesmos, não podem realizar visitas.

Formação

Foram promovidas ao longo do ano diversas ações de formação a todos os colaboradores da Misericórdia. As formações realizadas desde o início da pandemia tiveram especialmente incidência no combate ao Covid 19, nomeadamente "Medidas de Prevenção e Contenção – Covid-19" e "Normas de Boas Práticas – Utilização de Espaços e Circuitos para Covid-19, Colocação e Remoção de EPI´S". As formações visam promover novos conhecimentos, aquisição de procedimentos compatíveis com a situação pandémica, no sentido de apoiar o trabalhador num melhor desempenho do seu trabalho e, igualmente, na sua vida diária, de forma segura.

Relações Institucionais

Mantêm-se as boas relações exteriores e protocolares com:

. Cercigrândola

. Bombeiros Voluntários de Grândola

. GNR

. Tribunal

. Centro de Saúde

. Hospital do Litoral Alentejano

. Câmara Municipal de Grândola

. Junta de Freguesia de Grândola

. Paróquia de Grândola

. Centro Distrital da Segurança Social

. Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense.

Somos parte integrante do/da:

. Plano Municipal de Emergência

. CPCJ – Comissão de Protecção Crianças e Jovens

. CLAS – Conselho Local de Acção Social

. Grupo de Trabalho para as questões da pessoas idosa dependente e/ou deficiente

. Plataforma Supra Concelhia, em representação da União das Misericórdias Portuguesas

. Comissão Municipal de Proteção Civil

Património/Equipamento

O projeto de arquitetura elaborado pela empresa de arquitetura Aires Mateus & Associados, Lda., para um equipamento de internamento, a implantar no quarteirão junto às instalações já existentes, encontra-se concluído e entregue na Câmara Municipal e na Segurança Social, para aprovação.

Saúde

Hemodiálise

Durante o ano foram prestados serviços a uma média de 43 doentes/mensais.

Movimentação de utentes

Durante o ano de 2020 faleceram no Lar 13 homens e 28 senhoras e foram admitidos 15 homens e 24 senhoras.

No Centro de Dia foi admitido 1 homem.

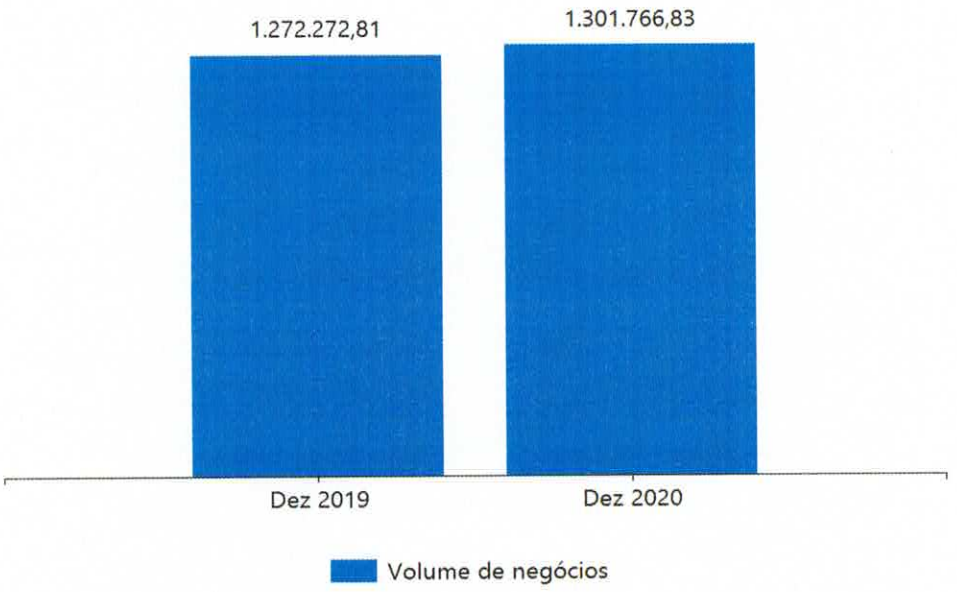
| Relatório económico-financeiro

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

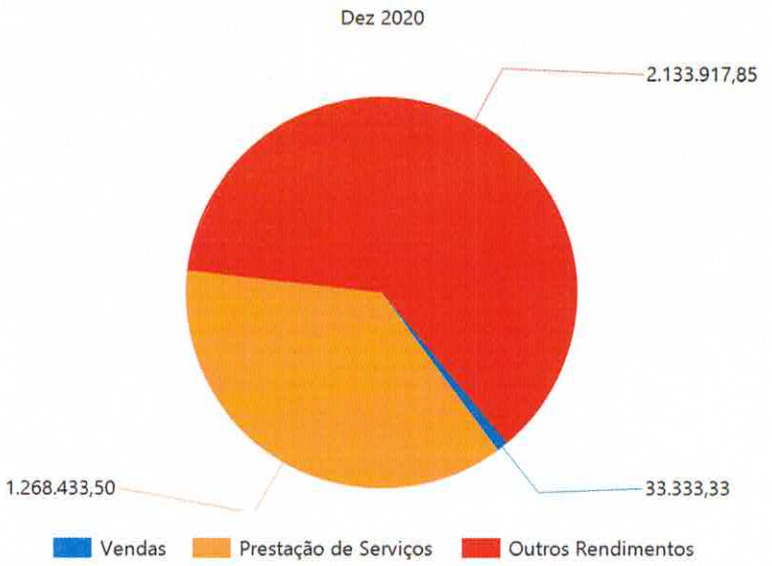
No período de 2020 os resultados não espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição, pelo fato da redução acentuada em outros rendimentos, os quais tiveram uma variação negativa de 44.4 %.

O volume de negócios atingiu um valor de 1.301.766,83 €, representando uma variação de 2,32% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:



A estrutura dos rendimentos encontra-se distribuída do seguinte modo:



Visando apurar o contributo de cada valência e atividade identificaram-se os seguintes centros de custo:

. Valências:

. Lar

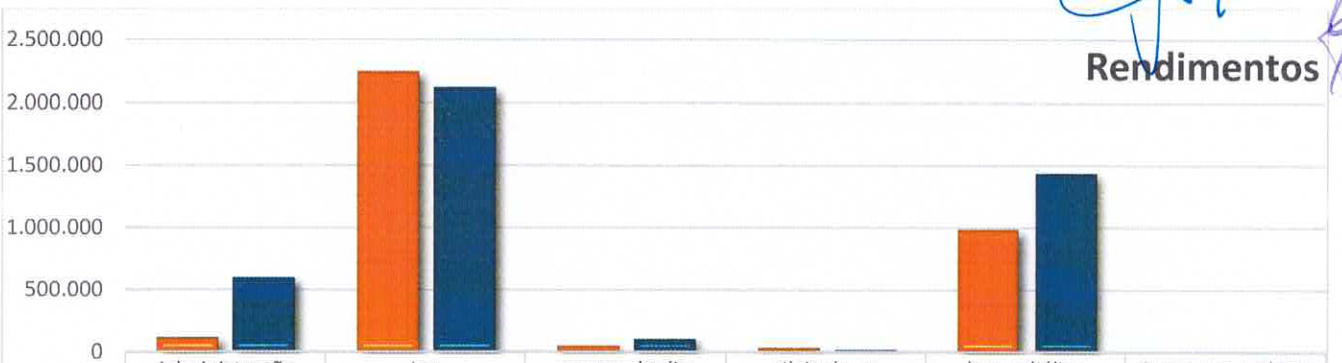
. Centro de dia

. Actividades:

. Silvicultura

. Saúde

. Hemodiálise



	Administração	Lar	centro de dia	silvicultura	hemodiálise	Gastroenterologia
2020	115.518	2.244.746	51.900	33.333	987.994	0
2019	603.731	2.119.066	105.226	20.000	1.438.834	3.374

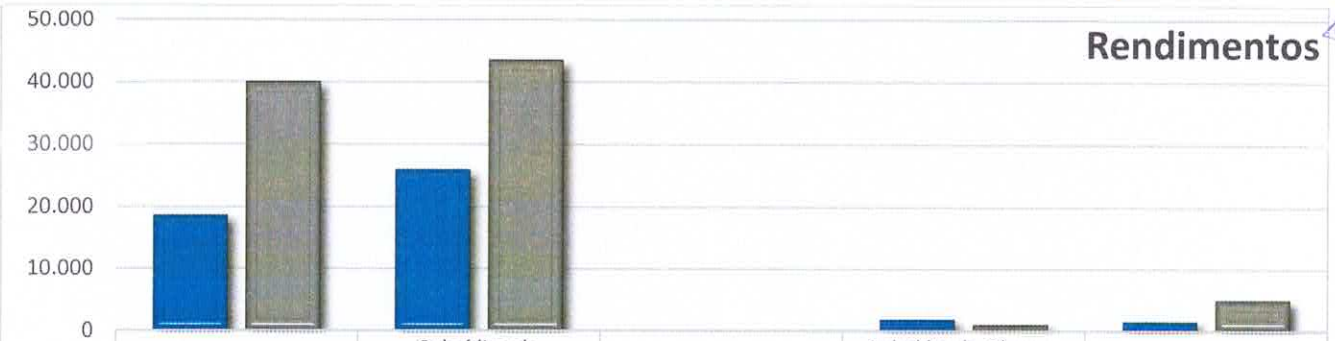
Rendimentos do Lar e Centro Dia - mensalidades, comparticipação familiar, subsídios da segurança social e imputação de donativos / doações tiveram a seguinte expressão:

Lar

	Mensalidades	Comparticipação familiar	Cantina Social	Subsídios da Segurança Social	Subsídio da Câmara Municipal	Donativos/Doações
2020	1.059.291	189.232	0	801.321	45.034	36.905
2019	941.717	251.134	2.875	779.451	0	122.005

Administração – onde são reconhecidos todos os rendimentos e gastos não passíveis de imputação direta aos outros centros: rendas – rústicas e urbanas, quotas – ativas e passivas, juros, e rendimentos de bens em comum com o Montepio bem como os rendimentos e gastos relacionados com o Projeto RLIS.

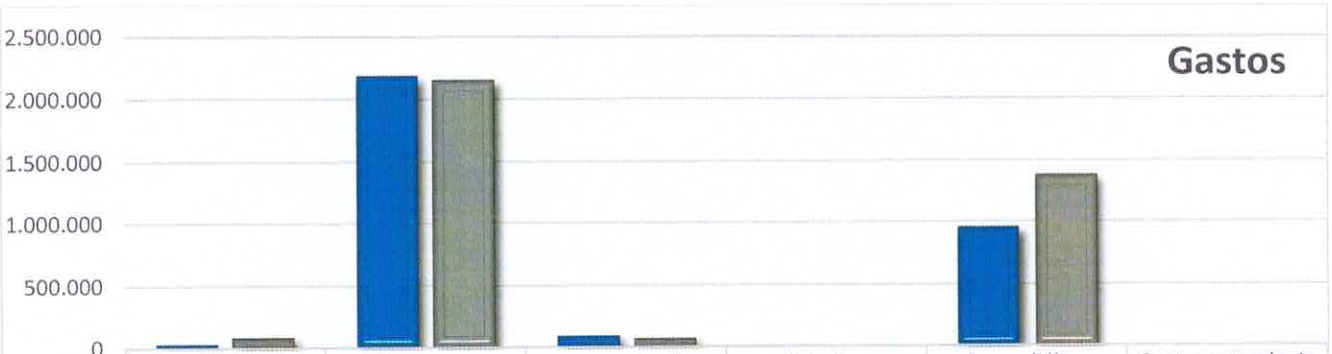
Centro Dia



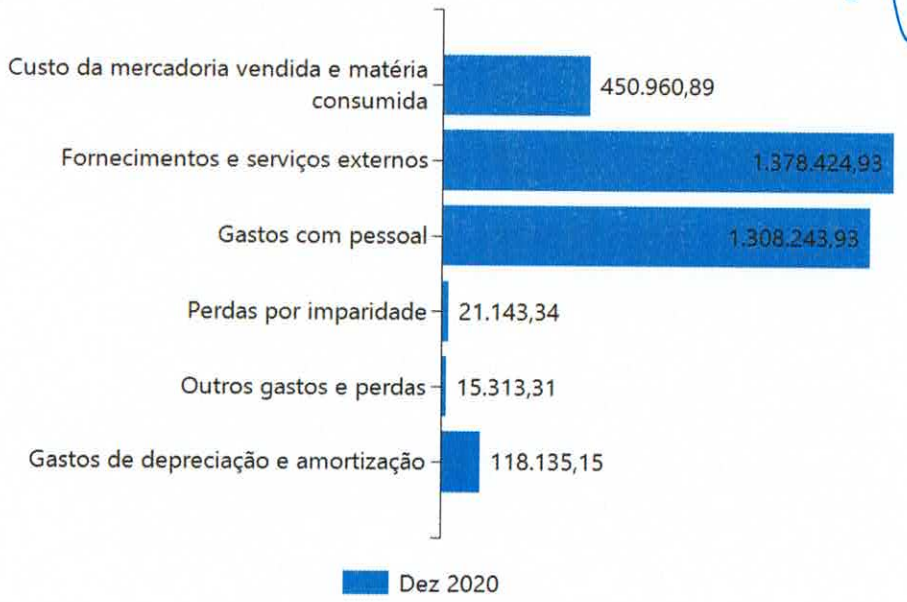
	Mensalidades	Subsídios da Segurança Social	cantina social	Subsídio da Câmara Municipal	Donativos
2020	18.593	25.935	0	1.876	1.538
2019	40.086	43.517	120	1.080	5.084

Relativamente aos custos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:

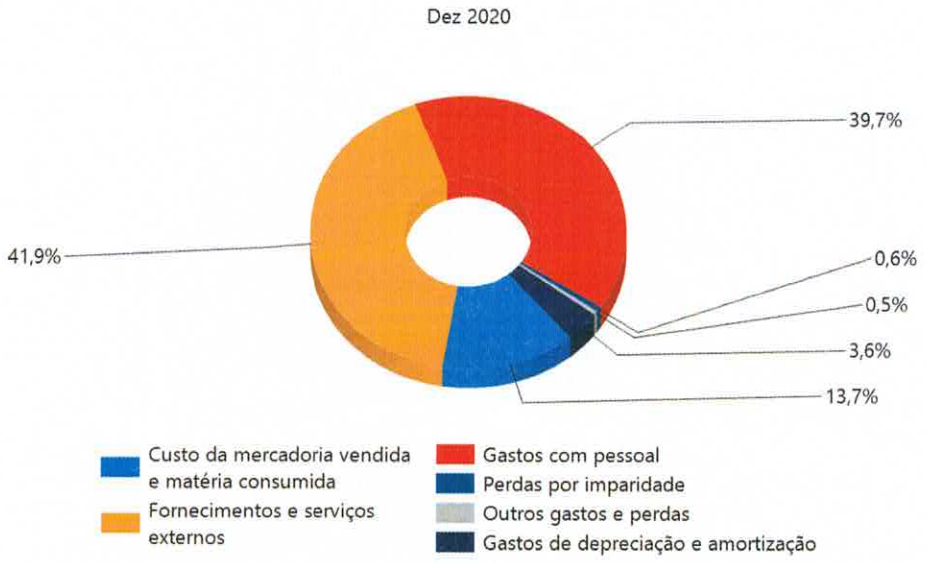
Para a imputação de gastos com o custo das mercadorias consumidas (géneros alimentares, fármacos, material hoteleiro e hospitalar), fornecimentos e serviços externos e pessoal utilizou-se uma chave de repartição que teve como base o contributo dos rendimentos. Assim foi imputado à valência Lar 96,00% e à valência Centro de dia 4,00%.



	Administração	Lar	centro de dia	silvicultura	hemodiálise	Gastroenterologia
2020	32.630	2.184.778	91.032	10.069	952.653	0
2019	88.173	2.152.298	71.091	0	1.381.627	4.517



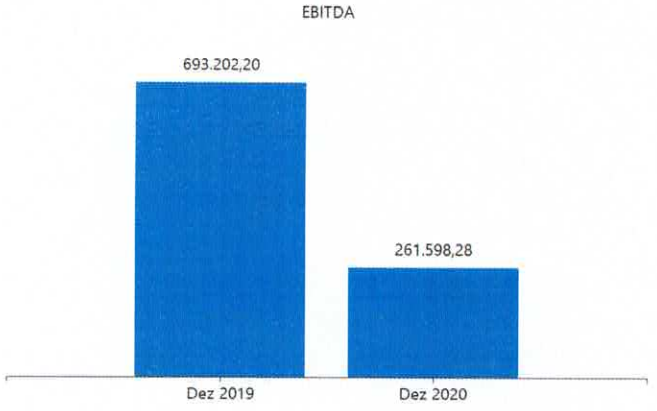
Abaixo representa-se o peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade:

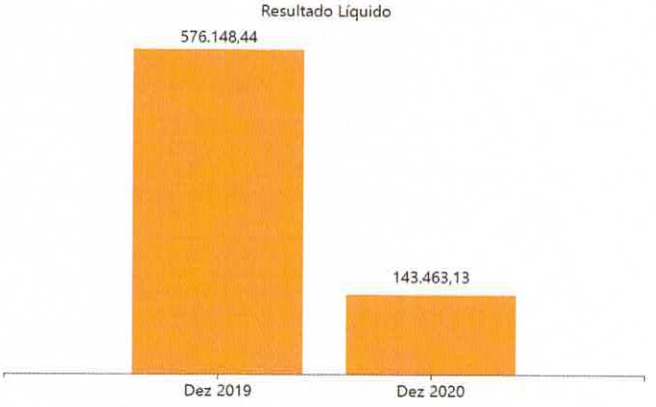


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

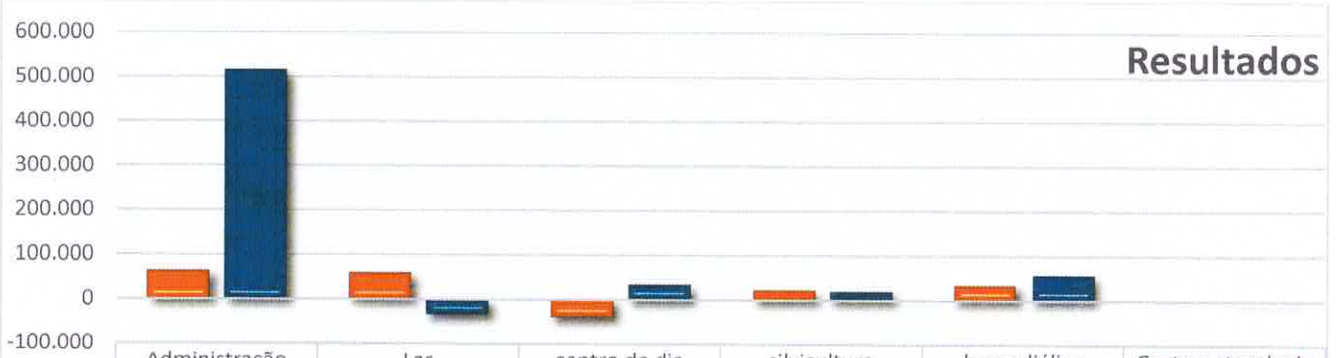
Itens	PERÍODO		
	Dez 2018	Dez 2019	Dez 2020
Gastos com Pessoal		1.323.086,13	1.308.243,93
Nº Médio de Pessoas		119	116
Gasto Médio por Pessoa		11.118.37	11.277.96

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



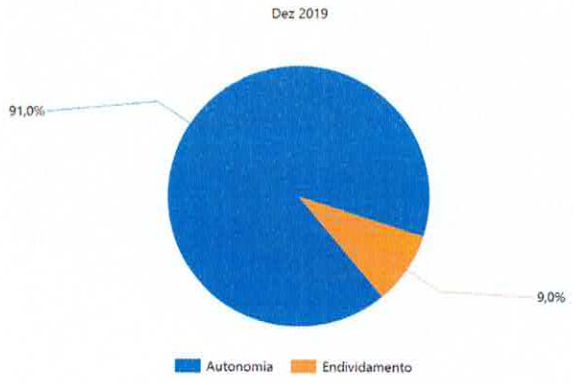


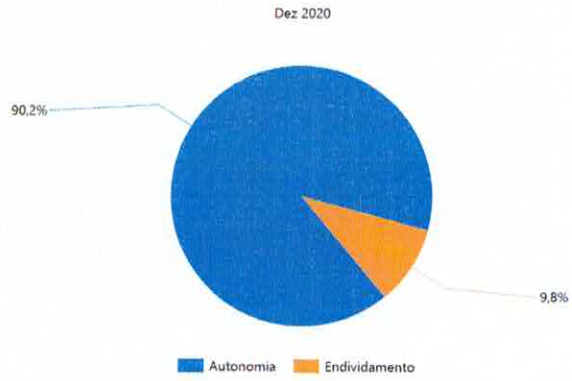
A nível das várias "valências" temos:



	Administração	Lar	centro de dia	silvicultura	hemodiálise	Gastroenterologia
2020	64.022	59.967	-39.132	23.265	35.341	0
2019	515.558	-33.232	34.135	20.000	57.207	-1.143

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	Dez 2018	Dez 2019	Dez 2020
Ativo não corrente		5.643.612,98	5.570.824,37
Percentagem ativo não corrente		*33,10%*	*32,14%*
Ativo corrente		11.406.498.02	11.761.719,04
Percentagem ativo corrente		*66,90%*	*67,86%*
Total ativo		**17.050.111.00**	**17.332.543,41**
Capital Próprio		15.512.637,81	15.627.858,57
Percentagem Capital Próprio		*90,98%*	*90,17%*
Passivo corrente		1.537.473.19	1.704.684,84
Percentagem passivo corrente		*9,02%*	*9,84%*
Total Capital Próprio e Passivo		**17.050.111.00**	**17.332.543,41**

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE GRANDOLA no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 apresenta um resultado líquido de 143.463,13€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO Dez 2020
Resultados Transitados	143.463,13
Total	**143.463,13**

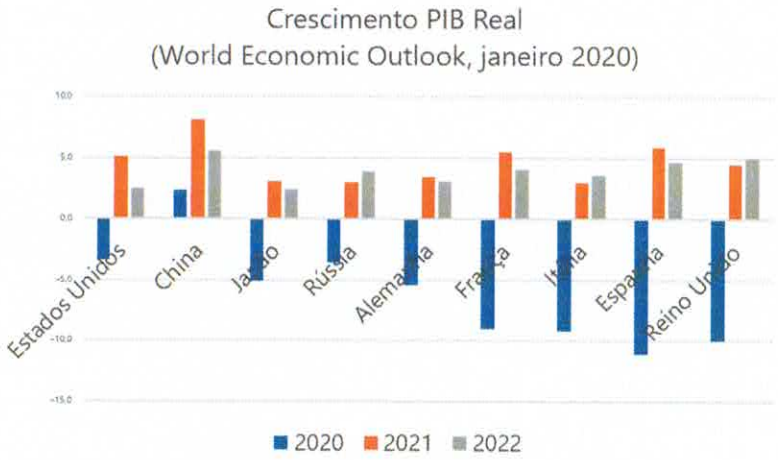
5 - Expetativas Futuras

5.1 - Cenário macroeconómico

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.



No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuírem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projeta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projeções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a atividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projeta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Concelho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projetando-se um crescimento mais rápido dos Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-COVID já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão manter-se abaixo dos seus valores pré-COVID durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuam com a recuperação. É importante que os principais bancos centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro atuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste ano. Assim, para este ano o BCE projeta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para 7,8% em 2023, projetando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projeção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%.

Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projetada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da área do euro, à exceção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indiretos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas.

Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% e 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-COVID. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas. Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infeciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controle em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas -, o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos.

Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na atividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados níveis de dívida. Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações diretamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning. Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza.

Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios – tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspetivas de uma recuperação inclusiva.

Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo, dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas atualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável, principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objetivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

5.2 - Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

O impacto sem precedentes da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abrutas no valor de ativos financeiros, assim como uma correção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao setor bancário e ao setor privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expetativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

5.3 - Evolução previsível da Instituição

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo da Santa Casa Misericordia de Grândola, seja de regresso a "normalidade" , como consequência do termo da atual pandemia.

6 - Outras Informações

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto atual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a atividade futura da empresa seja afetada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

A Mesa Administrativa ao concluir a apresentação do Relatório de Atividades e consciente da importância e valor dos apoios e estímulos recebidos propõe, que a Assembleia Geral manifeste o seu reconhecimento e o de toda a Instituição a quantos de qualquer modo contribuíram para que as atividades da Instituição apresentem os resultados alcançados, de que nos podemos orgulhar. De um modo muito especial:

. À Assembleia-geral, Conselho Fiscal e a todos os colaboradores que no dia-a-dia se esforçaram ativamente na melhoria de prestação de serviços na nossa Instituição;

. A todos os benfeitores, que fazem chegar donativos tanto em espécie como em géneros.

. Para todos, bem como para os falecidos no decurso deste exercício, vão os nossos agradecimentos e que Deus a todos recompense e a Senhora das Misericórdias abençoe.

Realça ainda, **o Esforço** e coragem de todos aqueles que, diariamente nos lembram do orgulho que é representar esta instituição. Há imagens e momentos que, certamente ficarão para sempre na memória dos que aqui estiveram na "linha da frente", vivendo um tempo de emoções intensas e contraditórias, partilhando o medo, a incerteza, o cansaço, mas também sorrisos e olhares de esperança e a convicção de estar do lado certo da História.
São estes guerreiros com rosto que, em condições verdadeiramente difíceis, tudo têm feito para garantir a normalidade da vida desta Instituição.

Vamos continuar a trabalhar para que a Santa Casa da Misericórdia de Grândola preste mais e melhores serviços aos idosos, aos grandolenses e a toda a comunidade.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações dos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Grândola, 02 de Junho de 2021

Balanço - (modelo para ESNL)

em 31-12-2020

(montantes em EURO)

RUBRICAS	Notas	DATAS 2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	4.441.994,80	4.518.939,54
Bens do património histórico e cultural	4	161.900,00	161.900,00
Investimentos financeiros		955.800,00	955.800,00
Outros créditos e ativos não correntes		11.129,57	6.973,44
		5.570.824,37	**5.643.612,98**
Ativo corrente			
Inventários	6	48.416,35	14.126,498.02
Créditos a receber	9	812.476,67	601.271.89
Estado e outros entes públicos	12	8.656,53	4.535,57
Diferimentos		24.203,31	2.557,41
Caixa e depósitos bancários	13	10.867.966,18	10.784.006,66
		11.761.719,04	**11.406.498.02**
Total do ativo		**17.332.543,41**	**17.050.111.00**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	**11**		
Fundos	9	5.422.301,75	5.422.301,75
Resultados transitados		9.499.110,37	8.907.312,60
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	562.983,32	606.875,02
Resultado líquido do período		143.463,13	576.148,44
Total dos fundos patrimoniais		**15.627.858,57**	**15.512.637,81**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	649.239,59	388.910,67
Estado e outros entes públicos	12	37.322,11	31.306,33
Diferimentos		188.029,43	188.029,43
Outros passivos correntes	9	830.093,71	929.226.76
		1.704.684,84	**1.537.473.19**
Total do passivo		**1.704.684,84**	**1.537.473.19**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**17.332.543,41**	**17.050.111.00**

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL)

do período findo em 31-12-2020

(montantes em EURO)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO 2020	PERÍODO 2019
Vendas e serviços prestados	7	1.301.766,83	1.272.272,81
Subsídios, doações e legados à exploração	8	988.214,40	933.539,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-450.960,89	-406.830,89
Fornecimentos e serviços externos	7	-1.378.424,93	-1.772.087,49
Gastos com o pessoal	10	-1.308.243,93	-1.323.086,13
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-18.949,75	-19.376,54
Outros rendimentos	7	1.143.509,86	2.057.461,35
Outros gastos		-15.313,31	-48.690,38
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**261.598,28**	**693.202,20**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-118.135,15	-117.053,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**143.463,13**	**576.148,44**
Resultado antes de impostos		**143.463,13**	**576.148,44**
Resultado líquido do período		**143.463,13**	**576.148,44**

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

do período findo em 31-12-2020

(montantes em EURO)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 6		5.422.301,75			8.907.312,60		606.875,02	576.148,44	15.512.637,81		15.512.637,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					591.797,77		-43.891,70	-576.148,44	-28.842,37		-28.242,37
	7				591.797,77		-43.891,70	-576.148,44	-28.242,37		-28.242,37
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							143.463,13	143.463,13		143.463,13
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							115.220,76	115.220,76		115.220,76
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020 6+7+8+10		5.422.301,75			9.499.110,37		562.983,32	143.463,13	15.627.858,57		15.627.858,57

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

do período findo em 31-12-2019

(montantes em EURO)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019 6											
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					8.907.312,60		606.875,02		9.514.187,62		9.514.187,62
	7				8.907.312,60		606.875,02		9.514.187,62		9.514.187,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							576.148,44	576.148,44		576.148,44
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							10.090.336,06	10.090.336,06		10.090.336,06
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações		5.422.301,75							5.422.301,75		5.422.301,75
	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019 6+7+8+10		5.422.301,75			8.907.312,60		606.875,02	576.148,44	15.512.637,81		15.512.637,81

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL)

do período findo em 31-12-2020

(montantes em EURO)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO 2020	PERÍODO 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.072.580,21	843.764,71
Pagamentos a fornecedores		1.199.335,16	1.146.577,71
Pagamentos ao pessoal	10	1.273.105,14	1.296.326,75
Caixa gerada pelas operações		*-1.399.860,09*	*-1.599.139,75*
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.146,81	
Outros recebimentos/pagamentos		1.509.821,46	21.302.168,09
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**108.814,56**	**19.703.028,34**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	*4*	*35.752,46*	*8.471.004,35*
Ativos intangíveis	*5*		*2.643,27*
Investimentos financeiros		*4.156,13*	*962.773,44*
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento			*490.910,36*
Juros e rendimentos similares		*15.137,54*	*26.978,02*
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-24.771,05**	**-8.918.532,68**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		*83,99*	*489,00*
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**-83,99**	**-489,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**83.959,52**	**10.784.006,66**
Caixa e seus equivalentes no início do período		10.784.006,66	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.867.966,18	10.784.006,66

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE GRANDOLA
Número de identificação de pessoa coletiva: 501055134
Lugar da sede social: R D ANA LUISA CRUZ COSTA 7570-183
Natureza da atividade: Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Grândola tem como finalidade praticar a solidariedade social através de atividades de apoio à família e de proteção à velhice.

No âmbito da missão a que se propôs a SCMG assegura nas suas instalações as seguintes valências:
. Lar para internamento de idosos;
. e Centro de dia:

Em parceria com a empresa Nephrocare assegura ainda os serviços de diálise.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro 2019.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Impostos
Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do art.º 10º do CIRC. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro/cinco anos. Deste modo as declarações fiscais e de segurança social referentes aos anos de 2017 a 2020 e 2016 a 2012020, respetivamente, poderão vir a ser sujeitas a revisão.

- Ativos fixos tangíveis
Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.
As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.
As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.
Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.
As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis
À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor..
As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

- Investimentos financeiros
As participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição.

- Inventários
As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

- Clientes e outros valores a receber
As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários
Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal.

- Rédito e regime do acréscimo
O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.
Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.
Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios
Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edificios e outras construções	Custo	Linha reta	20 Anos	5
Equipamento básico	Custo	Linha reta	4 a 8	12.5 a 25
Equipamento de transporte	custo	Linha reta	4	25
Equipamento administrativo	Custo	Linha reta	4 a 8	12.5 a 25

Os bens do património histórico, artístico e cultural, não são depreciáveis e ascendem ao valor total de 161.900 €, destaca-se os painéis de azulejos no valor de 160.000€

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Bens do património histórico e cultural	TOTAL
Valor bruto no início	1713 876,00	5 310 713,71	802 719,68	186 248,53	91445,41	5 312,41	210 000,00	161900,00	8 482 215,74
Depreciações acumuladas		2 789 358,57	762 168,29	154 076,35	90 460,57	5 312,41	0,00	0,00	3 801376,19
Saldo no início do período	**1 713 876,00**	**2 521 355,14**	**40 551,39**	**32 172,18**	**984,84**	**0,00**	**210 000,00**	**161 900,00**	**4 680 839,55**
Variações do período	**0,00**	**-76 552,20**	**-1 602,94**	**-12 868,88**	**-330,74**	**0,00**	**14 410,02**	**0,00**	**-76 944,74**
Total de aumentos	**0,00**	**0,00**	**10 131,06**	**1 000,00**	**0,00**	**0,00**	**14 410,02**	**0,00**	**25 541,08**
Total diminuições	**0,00**	**92 218,50**	**11 717,03**	**13 868,88**	**330,74**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**118 135,15**
Depreciações do periodo		92 218,50	11 717,03	13 868,88	330,74	0,00	0,00	0,00	118 135,15
Outras transferências		**15 666,30**	**-16,97**					**0,00**	**15 649,33**
Saldo no fim do período	**1 713 876,00**	**2 444 802,94**	**38 948,45**	**19 303,30**	**654,10**	**0,00**	**224 410,02**	**161 900,00**	**4 603 894,81**
Valor bruto no fim do período	*1713 876,00*	*5 310 713,71*	*812 850,74*	*187 248,53*	*91445,41*	*5 312,41*	*224 410,02*	*161900,00*	*8 507 756,82*
Depreciações acumuladas no fim do período	*0,00*	*2 865 910,77*	*773 902,29*	*167 945,23*	*90 791,31*	*5 312,41*	*0,00*	*0,00*	*3 903 862,01*

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Bens do património histórico e cultural	TOTAL
Valor bruto no início	2 013 876,00	5 241673,71	798 727,76	186 248,53	91445,41	5 312,40	374 720,00	400,00	8 712 403,81
Depreciações acumuladas		2 697 778,33	750 967,58	141207,47	89 118,06	5 312,41			3 684 383,85
Saldo no início do período	**2 013 876,00**	**2 543 895,38**	**47 760,18**	**45 041,06**	**2 327,35**	**-0,01**	**374 720,00**	**400,00**	**5 028 019,96**
Variações do período	**-300 000,00**	**-22 540,24**	**-7 208,79**	**-12 868,88**	**-1 342,51**	**50 000,00**	**-214 720,00**	**161 500,00**	**-347 180,42**
Total de aumentos	**0,00**	**0,00**	**3 991,92**	**0,00**	**0,00**	**50 000,00**	**0,00**	**1 500,00**	**55 491,92**
Total diminuições	**300 000,00**	**91 580,24**	**11 200,71**	**12 868,88**	**1 342,51**	**0,00**	**0,00**	**19 040,00**	**436 032,34**
Depreciações do período	0,00	91580,24	11200,71	12 868,88	1342,51	0,00	0,00	0,00	116 992,34
Alienações	300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 040,00	319 040,00
Outras transferências	**0,00**	**69 040,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-214 720,00**	**179 040,00**	**33 360,00**
Saldo no fim do período	**1 713 876,00**	**2 521 355,14**	**40 551,39**	**32 172,18**	**984,84**	**49 999,99**	**160 000,00**	**161 900,00**	**4 680 839,54**
Valor bruto no fim do período	*1713 876,00*	*5 310 713,71*	*802 719,68*	*186 248,53*	*91445,41*	*5 312,41*	*210 000,00*	*161900,00*	*8 482 215,74*
Depreciações acumuladas no fim do período	*0,00*	*2 789 358,57*	*762 168,29*	*154 076,35*	*90 460,57*	*5 312,41*	*0,00*	*0,00*	*3 801376,19*

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Programas de computadores	Custo	Linha Reta	3 Anos	33.33

A 31 de Dezembro de 2020, os ativos intangíveis estão totalmente amortizados

6 - Inventários

6.1 - Quantia escriturada de inventários

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	14 126,49	**14 126,49**	0,00	19 969,27	**19 969,27**
Compras	0,00	465 319,05	**465 319,05**	0,00	381806,69	**381 806,69**
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	19 931,70	**19 931,70**	0,00	19 181,42	**19 181,42**
Inventários finais	0,00	48 416,35	**48 416,35**	0,00	14 126,49	**14 126,49**
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	**0,00**	**450 960,89**	**450 960,89**	**0,00**	**406 830,89**	**406 830,89**

7 - Rendimentos e gastos

7.1 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	33.333,33	20.000,00
Prestação de serviços	1.268.433,50	1.252.272,81
Juros	15.137,54	26.978,02
Outros réditos	1.130.565,91	2.030.483.33
Total	**2.447.470,28**	**3.338.712.18**

7.2 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	962.721,74	1.387.660,26
Serviços especializados	**154.199,01**	**133.146,63**
Trabalhos especializados	48.491,82	26.198,83
Vigilância e segurança	642,12	1.707,69
Honorários	70.809,46	57.416,38
Comissões	421,28	0,00
Conservação e reparação	22.371,45	34.583,26
Outros	11.462,88	13.240,47
Materiais	**40.643,68**	**21.053,94**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19.550,37	7.607,00
Material de escritório	20.068,31	12.221,94
Artigos para oferta	1.025,00	1.225,00
Energia e fluidos	**177.815,10**	**189.329,56**
Eletricidade	70.762,82	79.480,02
Combustíveis	53.978,44	65.792,15
Água	53.073,84	44.057,39
Deslocações, estadas e transportes	**712,70**	**1.075,54**
Deslocações e estadas	712,70	1.075,54
Serviços diversos	**42.332,70**	**39.821,56**
Rendas e alugueres	469,86	376,38
Comunicação	11.879,16	10.535,83
Seguros	4.128,33	6.630,74
Contencioso e notariado	609,90	3.590,74
Despesas de representação	839,18	1.338,93
Limpeza, higiene e conforto	23.991,07	17.228,94
Outros serviços	415,20	120,00
Total	**1.378.424,93**	**1.772.087,49**

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para ativos fixos tangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para ativos intangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	**0,00**	**827.256,05**	**827.256,05**	**0,00**	**53.348,72**	**53.348,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor dos reembolsos efetuados no período	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
De subsídos ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídos à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**827.256,05**	**827.256,05**	**0,00**	**53.348,72**	**53.348,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para ativos fixos tangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para ativos intangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	**0,00**	**947.855,69**	**947.855,69**	**0,00**	**27.000,00**	**27.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor dos reembolsos efetuados no período	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
De subsídos ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídos à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**947.855.69**	**947.855.69**	**0,00**	**27.000.00**	**27.000.00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

8.2 - Principais doadores / fontes de fundos

Dos principais doadores, temos:
. Espécie no valor total de 19.931.70 €, sendo o principal doador a Entidade "Continente";
. Financeiros, no valor de 18.510.62 €, distribuídos por várias entidades.

8.3 - Outras divulgações

Temos em Legados, o valor total de 69.167.31 €.

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	**5.422.301,75**	**0,00**	**0,00**	**5.422.301,75**
Resultados transitados	**8.907.312,60**	**0,00**	**591.797,77**	**9.499.110,37**
Outras variações nos capitais próprios	**606.875,02**	**0,00**	**-43.891,70**	**562.983,32**
Subsídios	449.594,84	0,00	-41.315,52	408.279,32
Doações	157.280,18	0,00	-2.576,18	154.704,00
Total	**14.936.489,37**	**0,00**	**547.906,07**	**15.484.395,44**

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	**5 422 301,75**	**0,00**	**5 422 301,75**	**5 422 301,75**
Resultados transitados	**8 441 679,00**	**0,00**	**465 633,60**	**8 907 312,60**
Outras variações nos capitais próprios	**652 385,06**	**45 510,04**		**606 875,02**
Subsídios	490 910,36	41 315,52		449 594,84
Doações	161 474,70	4 194,52		157 280,18
Total	**14 516 365,81**	**45 510,04**	**5 887 935,35**	**14 936 489,37**

9.1.1 - Dívidas a fornecedores

Identificação de fornecedores:

Nome / Descrição	Valor
Fornecedores Gerais	649.239.59

9.1.2 – Outros Passivos Correntes

Outras dividas a pagar:

Nome / Descrição	Valor

Outras dividas a pagar:

Outras Dividas a Pagar	830.093,71

9.1.3 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Imparidade de ativos financeiros:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	21.143,34	2.193,59	**18.949,75**	19.376,54	0,00	**19.376,54**
Outras dívidas a receber	0,00	0,00	**0,00**	0,00	0,00	**0,00**
Instrumentos de capital próprio e outros títulos	0,00	0,00	**0,00**	0,00	0,00	**0,00**
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros	0,00	0,00	**0,00**	0,00	0,00	**0,00**
Total	**21.143,34**	**2.193,59**	**18.949,75**	**19.376,54**	**0,00**	**19.376,54**

9.2 - Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço:

Descrição	Valor Período
Outros créditos	38.326.29
Total	**38.326.29**

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	**116,00**	**213.120,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoas remuneradas	116,00	213.120,00	0,00	0,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoas a tempo completo	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	**116,00**	**213.120,00**	**0,00**	**0,00**
Masculino	3,00	5.512,00	0,00	0,00
Feminino	113,00	207.608,00	0,00	0,00

O número de membros dos órgãos diretivos são cinco e não auferem qualquer tipo de remuneração.

10.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	**1.308.243,93**	**1.323.086,13**
Remunerações do pessoal	**1.057.223,92**	**1.059.253,08**
Benefícios pós emprego	**0,00**	**2.371,30**
Prémios para pensões, dos quais:	**0,00**	**2.371,30**
Encargos sobre as remunerações	**224.831,90**	**233.916,91**
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	**21.344,93**	**18.810,75**
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	**4.843,18**	**8.734,09**

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	**87301**	
Vendas	**33.333,33**	**33.333,33**
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	33.333,33	33.333,33
Prestações de serviços	**1.268.433,50**	**1.268.433,50**
Fornecimentos e serviços externos	**1.378.424,93**	**1.378.424,93**
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	**450.960,89**	**450.960,89**
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	450.960,89	450.960,89
Gastos com o pessoal	**1.308.243,93**	**1.308.243,93**
Remunerações	1.057.223,92	1.057.223,92
Outros gastos	251.020,01	251.020,01
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	4.603.894,80	4.603.894,80
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	**87301**	
Vendas	**20.000,00**	**20.000,00**
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	20.000,00	20.000,00
Prestações de serviços	**1.252.272,81**	**1.252.272,81**
Fornecimentos e serviços externos	**1.772.087,49**	**1.772.087,49**
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	**406.830,89**	**406.830,89**
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	406.830,89	406.830,89
Gastos com o pessoal	**1.323.086,13**	**1.323.086,13**
Remunerações	1.059.253,08	1.059.253,08
Outros gastos	263.833,05	263.833,05
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	4.680.839,54	4.680.839,54
Propriedades de investimento		

11.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	33.333,33	0,00	0,00	33.333,33
Prestações de serviços	1.268.433,50	0,00	0,00	1.268.433,50
Fornecimentos e serviços externos	1.378.424,93	0,00	0,00	1.378.424,93
Rendimentos suplementares:	987.993,53	0,00	0,00	987.993,53
Aluguer de equipamento	987.993,53	0,00	0,00	987.993,53

Informação por mercado - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Prestações de serviços	1.252.272,81	0,00	0,00	1.252.272,81
Fornecimentos e serviços externos	1.772.087,49	0,00	0,00	1.772.087,49
Rendimentos suplementares:	1.447.504,43	0,00	0,00	1.447.504,43
Aluguer de equipamento	1.442.208,37	0,00	0,00	1.442.208,37
Outros rendimentos suplementares	5.296,06	0,00	0,00	5.296,06

11.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora
A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora
A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

12 - Impostos e contribuições

12.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	9.912,73	0,00	6.077,65
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	8.656,53	0,00	4.535,57	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	27.409,38	0,00	25.228,68
Total	**8.656,53**	**37.322,11**	**4.535,57**	**31.306,33**

13 - Fluxos de caixa

13.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	6.104,80	0,00	-3.421,38	9.526,18
Depósitos à ordem	1.083.149,86	0,00	719.461,86	363.688,00
Outros depósitos bancários	9.694.752,00	0,00	-800.000,00	10.494.752,00
Total	**10.784.006,66**	**0,00**	**-83.959,52**	**10.867.966,18**

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 525,12	4 579,68		6 104,80
Depósitos à ordem	1 368 478,00		285 328,14	1 083 149,86
Outros depósitos bancários	8 444 752,00	1 250 000,00		9 694 752,00
Total	**9 814 755,12**	**1 254 579,68**	**285 328,14**	**10 784 006,66**

14 – Acontecimentos Subsquentes

Como é do conhecimento generalizado, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem várias notícias que indicam que diversos setores da economia foram afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a iminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade da SCMG, apresentam-se à data incertos, tal como no ano anterior, não sendo possível na presente data obter uma quantificação dos mesmos."

O Contabilista Certificado

Mª Filomena Peres Martins

CC 16523

Mesa Administrativa

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem apresentar o seu PARECER relativo ao Relatório de Atividades e Contas referentes ao exercício económico de 2020.

O Conselho Fiscal analisou e apreciou as Contas do ano de 2020 da Santa Casa da Misericórdia de Grândola e examinou também o Relatório de Auditoria subscrito em de Junho de 2021 pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. respeitante às referidas Contas do exercício económico de 2020.

Nestes termos, e tendo sempre presente o Relatório de Auditoria anteriormente referido, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com as principais políticas contabilísticas em vigor, apresentando de forma clara, verdadeira e apropriada, a situação financeira e patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

Propomos, assim, que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do exercício económico de 2020 da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

Grândola, 8 Junho de 2021

Assinado: Dr. Filipe Augusto de Oliveira e Silva

Dr. Jorge Manuel Gamito Tojinha Pereira

José Trindade Mateus

RELATÓRIO DE AUDITORIA

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GRÂNDOLA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 17 332 543 euros e um total de fundos patrimoniais de 15 627 859 euros, incluindo um resultado líquido de 143 463 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Encontra-se por concluir o processo de inventariação dos imóveis pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Grândola, razão pela qual não nos podemos pronunciar sobre os valores destes refletidos nas demonstrações financeiras em ativos fixos tangíveis.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE · HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75,
8º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 · F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

ÊNFASE

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19, como pandemia. Os recentes desenvolvimentos resultantes desta pandemia têm impacto significativo quer a nível nacional, quer a nível internacional. Estes desenvolvimentos aumentam o grau de incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades. Os efeitos decorrentes deste acontecimento para a atividade da Entidade encontram-se divulgados no ponto do na nota 14 do Anexo e no ponto 6 do Relatório de gestão.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções

podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 04 de junho de 2021

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

[Assinatura Qualificada]
Carlos Manuel Charneca
Moleirinho Grenha

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha
Dados: 2021.06.04 15:23:34 +01'00'

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

ASSEMBLEIA-GERAL

Dr. António Estevão Barrancos Fino de Sousa Bernardino *(presidente)*

Dr. Carlos Manuel Tojinha Gamito *(1º secretário)*

Bárbara Maria Rocha de Aires Mateus *(2º secretário)*

MESA ADMINISTRATIVA

Horácio Carvalho Pereira *(provedor)*

Dr. Victor Manuel Guerreiro da Rocha *(vice-provedor)*

Jorge Duarte Ferreira *(secretário)*

António Francisco Palhinhas Candeias *(tesoureiro)*

António Manuel Banha Gonçalves Rocha *(vogal)*

Eng.º José Luís Gomes Dias *(1º suplente)*

Eng.º João David Espada Nunes Roldão *(2º suplente)*

CONSELHO FISCAL

Dr. Filipe Augusto de Oliveira e Silva *(presidente)*

Dr. Jorge Manuel Gamito Tojinha Pereira *(1º vogal)*

José Trindade Mateus *(2º vogal)*

Manuel Maria Julião da Fonte *(1º suplente)*

José Alfredo de Sousa Santos *(2º suplente)*